

MDB não

acredita na abertura

Começa a tomar vulto entre os opositoristas de São Paulo o sentimento quase temeroso de que a acenada abertura política seja apenas uma tática eleitoral utilizada pelos detentores do poder para alcançar, pela vitória do partido governista nas próximas eleições, o consenso, que legitimaria um regime autoritário menos aberto que os anteriores.

Essa conclusão é extraída de certos atos de imperio do próprio governo, que não se mostra interessado em consultar a população, por intermédio de seus representantes no Congresso Nacional, acerca dos procedimentos administrativos ou políticos. Não existe do ponto de vista desses opositoristas qualquer sintoma de abertura; eles chegam a fazer blague e falar de confusão entre **abertura e abertura**.

A escolha de alguns políticos para o governo dos Estados e o anúncio de, que o modelo da democracia brasileira está em gestação são interpretados como frentes estratégicas de um plano eleitoral. Se houvesse realmente, da parte dos novos governantes, a intenção de caminhar para uma abertura democrática, já se teria estabelecido a linha de harmonia entre a soberania do Estado e a liberdade do cidadão. Sem essa linha, declarada pelo Direito e fixada pela Lei,

Não se poderá falar em abertura política, segundo afirmam alguns emedebistas, enquanto não estiverem plenamente garantidas as liberdades civis, o direito de todos os homens exercerem e desenvolverem suas atividades físicas, intelectual e moral; o direito de ir e vir, de não ser detido arbitrariamente, mas apenas de acordo com a lei; a inviolabilidade do domicílio; o direito de propriedade, de que não pode ser despojado senão por motivo de utilidade ou necessidade pública. Essas liberdades ganham força pelo direito de todo cidadão expressar verbalmente suas opiniões;

pela harmonia e independência entre os poderes.

Numa época em que o Executivo forte se sobrepõe ao Legislativo e o governo central passa também a legislar, as afirmações de abertura política não podem ser tomadas senão como os sintomas de uma tática eleitoral. Sob esse ponto de vista, certos opositoristas entendem que o novo governo da Revolução só se revelará plenamente a partir das eleições e, principalmente, após a posse dos novos governadores, em março de 1975.

Para isso, eles se baseiam em certas circunstâncias bastante reveladoras do estilo de governo.

Dentro desse quadro, a centralização de poder poderá ser maior ainda quando os novos governadores dos Estados assumirem as suas funções, em março de 1975, porque passarão a cumprir, da mesma forma que os Ministérios, as decisões tomadas sempre em escala federal. A liberdade de atuação dos Executivos estaduais, segundo se infere dessas circunstâncias, estará hierarquicamente subordinada aos interesses considerados superiores do Poder Central.

Nesse sentido, já circulam em São Paulo, principalmente nos bastidores políticos, certas

Perfeitamente sintonizado com o presidente da República, de quem é amigo pessoal, o futuro governador paulista teria de abrir mão de certas atividades da economia do Estado, em vista da existência de planos federais para os setores. Entre essas atividades estaria a geração de energia elétrica, que passaria das Centrais Elétricas de São Paulo para uma empresa a ser constituída pela União, ficando o governo paulista apenas com a responsabilidade da distribuição; e as Ferrovias Paulistas S.A., que seriam gradativamente absorvidas pela Rede Ferroviária Federal. Finalmente, como concessão do novo governo paulista, por resultar na diminuição da arrecadação de tributos na esfera estadual, estaria a alteração da sistemática do ICM, praticamente já definida.

A. T. C.